

Candidatos a prefeito do ABC ignoram caos logístico nos planos de governo

Wilson Moço

Manter, criar, implementar, ampliar, promover, potencializar, valorizar e fortalecer programas e políticas públicas são, entre outros, verbos que aparecem em praticamente todos os planos de governo de 29 candidatos e candidatas que disputam a cadeira de prefeito nas sete cidades no eixo Desenvolvimento Econômico, conforme levantamento feito pelo RD. Praticamente, porque quatro dos postulantes sequer colocam o tema nas suas propostas: Marcelo Lima (Podemos) e Cláudio Donizete (PSTU), ambos de São Bernardo, Clenilza Panato (PCO-Santo André) e Amanda Bispo (UP-Mauá).

Nenhum dos candidatos, no entanto, destaca como um dos pontos principais para recolocar a economia do ABC nos trilhos do crescimento buscar soluções conjuntas para o caótico trânsito na região, questão que há pelo menos três décadas impacta no chamado Custo ABC, para evitar a debandada de empresas – como a Ford – e atrair investimentos.

Santo André, São Caetano e Rio Grande da Serra, por exemplo, não têm acesso direto ao Rodoanel, anel metropolitano construído com a missão de tirar caminhões e carretas de carga do caótico trânsito de cidades da Região Metropolitana de São Paulo, como o registrado inclusive em trechos urbanos de rodovias que cortam o ABC, casos da Anchieta, Imigrantes e Avenida dos Estados, um dos principais corredores de ligação entre a região e a Capital.

Autor de vários estudos sobre a economia do ABC, o professor de Ciências Econômicas na Universidade Metodista de São Paulo Sandro Maskio destaca que a logística do transporte e a criação de polos de geração de conhecimento e tecnologia deram maior competitividade a cidades do Interior, no rastro de mudanças na estrutura produtiva ocorridas nas últimas décadas. E cita como exemplos as regiões de Campinas e São José dos Campos, beneficiadas por rodovias que passaram por melhorias e facilidade de acesso ao Rodoanel, o que “torna o fluxo mais atrativo para empresas se instalarem ao redor da Região Metropolitana de São Paulo.”

“Então, do ponto de vista do que chamo macrodesafios, temos questões que devem ser consideradas, como se encaixa o ABC nesse universo da geração de alto valor adicionado, que está muito amarrado a essa questão tecnológica, e como melhorar os ramais logísticos dentro da região. Isso é uma coisa complexa para qualquer Região Metropolitana, e o ABC faz parte de uma extremamente adensada, e que já está estruturada. Capacidade de fazer vias de grande fluxo, não sei até que ponto isso é possível, pensando nesse adensamento urbano que existe. Mas fato é que as grandes vias que cortam as cidades da região têm um sequenciamento de semáforos que tornam o trânsito muito lento (o que impacta na competitividade regional)”, pontua o especialista.

Maskio destaca, ainda, que gestores municipais devem se preocupar em planejar a economia que se quer para a região daqui a 15, 20 anos, porque determinadas ações ‘plantadas agora’ só darão resultado no longo prazo, de modo que é preciso pensar na cadeia produtiva, no valor adicionado que essa cadeia é capaz de gerar e que setores se quer atrair para a região. “E aí tem trabalhos complexos, como organizar a legislação de zoneamento, áreas elegíveis e mobilidade, assim como estabelecer mecanismos que atraiam segmentos que, muito preferencialmente, sejam produtores de maior valor adicionado, que são setores que geram maior riqueza.”

Minoria

Apenas dois candidatos tratam a questão da logística em seus planos de governo, ainda assim sem resvalar em iniciativas que possam, senão resolver, pelo menos minimizar o pesado impacto que o caos no trânsito significa para a economia da região. Antes, as propostas podem trazer mais problemas, porque há risco de aumentar a circulação de veículos de carga em vias já estranguladas nas cidades da região. “Incentivar a implantação de novos centros logísticos e de transporte de cargas, incluindo a designação de áreas dedicadas a estacionamentos e serviços exclusivamente direcionados ao segmento”, descreve documento de Flávia Morando (União Brasil), que disputa a sucessão do tio, Orlando Morando (PSDB), em São Bernardo.

“Viabilizar, através de PPPs (Parceiras Público-Privadas), a instalação de terminal intermodal de cargas, objetivando alicerçar projeto de porto seco na cidade”, esplaná, sem maiores detalhes, item do plano de governo de Zé Lourencini, candidato à Prefeitura de Mauá pela Federação PSDB-Cidadania.

De modo geral, os planos de governo registrados pelos candidatos, enxutos ou extensos (o que leva a crer que dificilmente todas as propostas poderão ser

contempladas em quatro anos), trazem como propostas criar ou rever políticas de incentivo fiscal para atrair ou manter empresas, implementar ou potencializar polos tecnológicos, qualificação e requalificação profissional, incentivar a pesquisa tecnológica e inovação, desburocratizar processos para abertura de empresas e formalização de pequenos negócios, medidas para que empreendedores tenham acesso a crédito e microcrédito, apoio às micro e pequenas empresas, ações para fortalecer o comércio, criar conselho ou agência de desenvolvimento econômico.

Quanto às propostas da quase unanimidade dos candidatos no que se refere a centros ou polos tecnológicos, o professor Sandro Maskio avalia que o ideal seria o tema ser tratado de forma regional no âmbito do Consórcio Intermunicipal, questão, inclusive, que já foi pauta de debates na entidade e depois caiu no esquecimento.

“O trabalho regionalizado traria o chamado efeito transbordamento, pois, por mais que estivesse instalado no município A ou B, ultrapassaria os limites e beneficiaria as cidades vizinhas. Porém, do ponto de vista da regionalidade vejo que existe mais uma competição, uma briga, do que um processo de cooperação, falta o entendimento de que o processo conjunto é benéfico a todos. Não vou dizer que seja totalmente ruim, mas quando se tem esforços isolados diminui a velocidade e a eficácia com que se poderia trabalhar isso. Mas, sem dúvida, do ponto de vista econômico ter uma centralidade regional seria fundamental”.

Outros caminhos

Na extensa relação de propostas elencadas nos 30 planos disponíveis, uma busca outros caminhos para incrementar a economia de suas cidades, com iniciativas semelhantes a uma adotada na comunidade Padre Léo Comissari, em São Bernardo. Eduardo Leite (PSB), candidato à Prefeitura de Santo André, propõe implantar a “Moeda Social, por meio da criação de um banco comunitário que use uma unidade de troca local (moeda), que pode ser distribuída aos beneficiários dos programas sociais”, aponta no Plano de Governo.

Outros dois candidatos apontam um caminho para promover a geração de renda ou de oportunidades, por meio da reciclagem. Candidato à reeleição em Diadema, o petista José de Filippi Júnior, propõe a implantação do Moeda Verde, programa já adotado em Santo André e envolve a troca de materiais recicláveis por produtos hortifrúti. Outro que segue nesta linha é Akira Akira Nagashima (Podemos), que pretende implementar o que chama de Moeda Ecológica, sob argumento de que a iniciativa gera renda por meio da reciclagem e fortalece o comércio local.

Para além de propostas que se repetem, mesmo com variações no enunciado, o plano do candidato de São Caetano Professor Rafinha traz duas propostas que

fogem do comum, uma por ser ousada e outra por ser radical. O postulante propõe a criação de um Banco Municipal de Desenvolvimento Social e Econômico (na linha do federal BNDES), “para ofertar crédito subsidiado para iniciativas de economia solidária e pequenos negócios”, e de uma “cooperativa de limpeza urbana para romper com as empresas terceirizadas e gerar postos de trabalho com direitos, remuneração justa e arranjos participativos”.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3501609/candidatos-a-prefeito-do-abc-ignoram-caos-logistico-nos-planos-de-governo/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário

Seção: Política